



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão  
Coordenação-Geral de Simplificação Administrativa

## CONSULTORIA EXECUTIVA SIMPLIFICA

### SPU – PRODUTO 2

#### IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

**Órgão atendido:** Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU).  
**ID do produto:** SPU-2.  
**Processo trabalhado:** Cessão de uso de espaço físico em águas públicas.  
**Unidade responsável:** Coordenação-Geral de Coordenador-Geral de Desenvolvimento de Infraestrutura (CGDIN) / Diretoria de Destinação (DEDES).  
**Unidade técnica parceira:** Superintendência da SPU no estado do Paraná.  
**Objeto:** Implantação de piloto das atividades do Núcleo Executivo e-SPU.  
**Período de atividades:** 07/03/2022 a 24/06/2022

#### EQUIPE ENVOLVIDA

CGSIM	Danilo Melo Gonçalves Alves da Silva Fernando Ramos Mendes Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves Pedro Mader Gonçalves Coutinho Rafael Setúbal Arantes
-------	--

SPU	Juarez Barbosa Ana Carolina Ferreira de França Gustavo Alves Tillman
-----	--

#### PRODUTOS ENTREGUES

- Produto 2.1: desenho atual do processo.
- Produto 2.2: manual do processo - atual.
- Produto 2.3: matriz de priorização de problemas.
- Produto 2.4: novo desenho do processo.
- Produto 2.5: manual do processo – novo desenho
- Produto 2.6: proposta de alteração à Portaria SPU/MPOG nº 404/2012.
- Produto 2.7: modelo de requerimento inicial.
- Produto 2.8: modelo de nota técnica de análise do mérito.
- Produto 2.9 Check list – possibilidade de seguimento do processo



## RESUMO DAS ATIVIDADES

Após reorientação das prioridades elencadas pela SPU, o processo de cessão de uso, especificamente o de espaço físico em águas públicas, foi indicado como o novo objeto de trabalho da Consultoria Executiva (CE). Tal escolha decorreu, entre outros motivos, pelo fato de esse processo poder ser utilizado como base para avançar na cessão de uso como um todo.

Os resultados e os produtos apresentados correspondem ao trabalho conjunto entre a CGSIM e a Superintendência da SPU no Paraná. Assim como ocorreu no produto anterior, o protagonismo da servidora que atuou junto com a CE foi primordial para as entregas aqui apresentadas.

Dois aspectos merecem destaque na presente entrega. O primeiro é a inauguração da frente normativa da consultoria, com a apresentação de



propostas de alterações à Portaria SPU/MPOG nº 404, de 28 de dezembro de 2012. Tais mudanças possibilitariam a cobrança pela utilização da área, independentemente da tramitação processual e da existência de contrato de concessão de uso.

O segundo é a perspectiva de inclusão do requerimento de cessão de uso físico em águas públicas no portal de serviços da SPU, o chamado Patrimônio de Todos. Atualmente, esse pedido é apresentado de maneira física às superintendências, de modo que a digitalização do canal de entrada representaria avanços em termos de documentação e transparência ao processo. A CE e os servidores da SPU atuaram conjuntamente na construção dos requisitos e na validação do formulário que irá ao ar em breve.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS:

- Processo mapeado e redesenhado, adequando-o à proposta do Núcleo Executivo.
- Modelos de ferramentas de análise desenhados.
- Proposta normativa apresentada.
- Digitalização do requerimento do processo iniciada.

## QUESTÕES CRÍTICAS:

-  A SPU optou por não transferir a análise do processo de espaço físico em águas públicas para o Núcleo Temático. Tal escolha decorreu do fato de, no momento de realização do trabalho da CE, existir poucos processos que poderiam ser analisados, de modo que a atuação do Núcleo não teria escala. O baixo volume de processos decorre da impossibilidade de analisá-los por não terem apresentado os licenciamentos ambientais requeridos na legislação.
-  A CE entende que a alteração à Portaria 404 é essencial para racionalizar o processo em questão; por esse motivo, sugere à SPU que apresente à consultoria jurídica as mudanças propostas.

## PRÓXIMOS PASSOS:

### Possíveis:

- A Consultoria Executiva:
  - seguirá acompanhando o processo de digitalização do requerimento;
  - pode trabalhar em novas versões da minuta de alteração normativa, caso a SPU julgue necessário após conversas com a consultoria jurídica; e
  - pode auxiliar na implementação do Núcleo Temático para análise do processo de espaço físico em águas públicas, quando decidir ser o momento oportuno.

